

PROCESSO - A. I. Nº 108595.0011/04-0
RECORRENTE - J. L. R. DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 1ª JF nº 0145-01/05
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 06/12/2005

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0414-12/05

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. Modificada a Decisão recorrida. Não há imposto a ser exigido do contribuinte uma vez que à época da ocorrência do fato gerador, sob a vigência da LC Nº 87/96, o contribuinte teria direito ao crédito fiscal integral que anularia o pagamento a ser feito. Infração principal não caracterizada. Remanesce infração acessória. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

O Recurso Voluntário interposto pretende modificar a Decisão tomada pela 1ª JF que considerou o Auto de Infração em lide Parcialmente Provido, “somente em relação à infração 3” que de acordo com o relatório do Sr. julgador de 1ª Instância decorreu da seguinte irregularidade:

“Deixou de recolher o ICMS no valor de R\$3.536,61, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas em outras unidades da federação e destinadas ao ativo fixo do estabelecimento. Compra de uma caminhonete Mercedes bens, em 30/09/1999, sem lançamento na escrita fiscal. Nota fiscal encontrada no CFAMT”

O Sr. julgador em seu voto discorda do entendimento do autuado “no sentido de que a obrigação era meramente escritural, não representando repercussão financeira a favor ou contra o erário público, pois permitia, ao mesmo tempo, o crédito integral do imposto relativo a estas aquisições”. Afirma aquela autoridade que “é devido o imposto relativo a diferença de alíquota e, além disso, o autuado não registrou a aquisição das mercadorias nos seus livros fiscais, o que prejudica qualquer análise quanto à possibilidade de vir a ser obrigatório o estorno do correspondente crédito fiscal”. E concluiu que a infração estava caracterizada.

Em seu Recurso Voluntário o contribuinte praticamente repete os argumentos apresentados quando da impugnação: que o RICMS determinava à época dos fatos o aproveitamento total do crédito relativo às entradas de bens destinados ao ativo imobilizado. Que a diferença de alíquota era devida, mas compensável. Como os lançamentos se anulavam tornou-se prática comum entre as empresas a omissão dos mesmos na escrituração fiscal. Afirma que o fiscal estava de posse de todos os documentos fiscais inclusive daquele que não havia sido registrado e que o livro correto para análise dos estornos de crédito era o CIAP que não foi verificado pelo fiscal. Diz que somente realiza operações tributadas ou sujeitas à substituição tributária. Pede diligência para que possa comprovar as suas alegações.

Em seu Parecer opinativo a Sra. procuradora após breve síntese do conteúdo do Recurso Voluntário conclui:

“Verifico que a autuação se reporta a fatos geradores ocorridos em setembro de 1999, sob a égide da LC Nº 87/96, que dispunha sobre o direito ao crédito integral nas aquisições interestaduais de bens para o ativo fixo. Em sendo assim concordo com o recorrente quando afirma que o procedimento de creditar-se integralmente e recolher o diferencial de alíquota era

meramente escritural não importando prejuízo ao Erário Estadual.” Cita Decisão desta 2ª Câmara de Julgamento Fiscal neste sentido e afirma que “não há imposto a ser exigido do contribuinte, uma vez que ele teria direito ao crédito fiscal integral que anularia o pagamento a ser feito”. Contudo entende que a infração acessória de falta de escrituração fiscal subsiste, devendo ser exigida a multa no valor de 1% do valor da nota fiscal. Opina pelo Provimento Parcial do Recurso Voluntário.

VOTO

Estamos de acordo com o opinativo da PGE/PROFIS.

Como frisou a Sra. Procuradora o lançamento de ofício diz respeito a fatos geradores ocorridos em setembro de 1999. Neste período estava em vigência o dispositivo que integrava a LC Nº 87/96, e dizia respeito ao direito ao crédito integral nas aquisições interestaduais de bens para o ativo fixo. Ora, o comportamento escritural guardava sintonia com o disposto na norma complementar e que foi devidamente trazida para a norma ordinária estadual. Este tipo de comportamento causou certo desinteresse inclusive em discutir-se com mais profundidade as questões relativas a natureza jurídica da cobrança do diferencial de alíquota. Efetivamente a forma de proceder do recorrente não importou em prejuízo ao Erário Estadual, tendo em vista as saídas tributadas e manutenção no ativo, bem como asseverou também a ilustre representante, esta mesma Câmara já decidiu nesta linha: *“não há imposto a ser exigido do contribuinte, uma vez que ele teria direito ao crédito fiscal integral que anularia o pagamento a ser feito”*.

Resta-nos, entretanto reconhecer que apesar da desnecessidade de cumprimento da obrigação tributária principal, houve descumprimento de uma obrigação acessória o que ocasionou uma infração - falta de escrituração fiscal – e em relação a ela deve ser exigida a multa no valor de 1% do valor da nota fiscal.

Somos, portanto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** do Auto de Infração nº **108595.0011/04-0**, lavrado contra **J. L. R. DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento das multas no valor total de **RS558,87**, previstas no art. 42, incisos XI e IX, da Lei nº 7.014/96.

VOTO VENCEDOR: Conselheiros Helcônio de Souza Almeida, Fauze Midlej, Nelson Antonio Daiha Filho, Álvaro Barreto Vieira e José Antonio Marques Ribeiro.

VOTO VENCIDO: Conselheiro Tolstoi Seara Nolasco.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de novembro de 2005.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - RELATOR

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS